

## HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: O MERCADO EDITORIAL

**Aluno: João Gonzales Moreira (PIBIC/CNPq)**

**Orientador: Luís Reznik**

### Introdução

A Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada) publicou, entre 1918 e 1932, uma série de livros escolares intitulada “Resumo Didactico”. Composta por 10 títulos dedicados à História Regional a coleção dedicava-se à narrativa da História de dez estados brasileiros e a sua leitura era proposta aos alunos aos professores das escolas primárias. Projeto inédito, os livros eram profusamente ilustrados e foram escritos por historiadores reconhecidos nos seus estados pela vinculação com os Institutos Histórico e Geográfico locais.

Como primeiro empreendimento sistemático nessa direção, a série “Resumo Didactico” nos revela elementos relacionados à recente e ainda incipiente expansão escolar primária e à concomitante criação de um filão para as editoras em processo de constituição, à publicação de livros didáticos de História no Brasil, à renovação dos métodos pedagógicos levada adiante pelos chamados escolanovistas e, não menos importante, aos caminhos da produção historiográfica brasileira nas primeiras décadas do século XX.





## Objetivos

O processo de construção destes livros didáticos é permeado de agentes entre os quais se destacam aqueles referentes à sua produção e circulação. Ter ciência sobre as editoras e o mercado que as envolve é de suma importância uma vez que o empreendimento é feito mediante uma necessidade, vai de encontro a um público, se baseia em concepções e estratégias de vendas, etc.

A Companhia Melhoramentos foi fundada em 1890 tendo por finalidade a produção de papel. Devido à forte concorrência norte americana pós Primeira Guerra Mundial se fundiu em 1920 com Weiszflog Irmãos, empresa que atuava no mercado de livros didáticos e que produzira bons livros de história devido ao relacionamento com bons historiadores. Da fusão surgiu a Companhia Melhoramentos de São Paulo, editora produtora da coleção “Resumo Didático”. A produção didática do consórcio se eleva de 51 mil em 1916 para 344 mil exemplares, em 1922. Além de cartilhas e de obras para as variadas disciplinas específicas, a editora passa a publicar a partir de 1921 a *Revista Nacional*, apresentando temas educacionais, com artigos escritos por alguns daqueles que estavam na liderança do movimento renovador da escola e da educação do Brasil: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, entre outros. Como o mercado de livros didáticos era um negócio rentável no início do século XX devido à profusão de escolas primárias oriundas dos ideais republicanos, a Melhoramentos encarou um forte mercado no qual se destacava a Francisco Alves que abriu a primeira filial de sua editora em São Paulo no ano de 1894. Pequena parte de seu sucesso pode ser creditado à sua influência e a seus conhecimentos políticos; Teófilo das Neves Leão<sup>1</sup>, seu amigo, era secretário de educação na gestão do presidente Prudente de Moraes.

O lugar destas editoras no mercado de livros didáticos e infantis nas décadas de 20 e 30, um prévio conhecimento sobre as atividades editoriais antecedentes a essa época, as políticas

---

<sup>1</sup> Professor de história e geografia, o baiano Teófilo das Neves Leão (1832-1906) deu aulas na Bahia e no Colégio Pedro II. Patriarca da família Pacheco Leão

e tiragens, a intervenção do Estado nas suas produções, os contratos com os escritores, as práticas e estratégias editoriais fazem parte do objetivo da nossa pesquisa uma vez que se torna fundamental ter o conhecimento do lugar de produção propriamente dita destes livros por nós analisados.

## Metodologia

Os principais eixos de análise são: o mercado editorial da época, o movimento do escolanovismo, História regional e ensino de História, e os historiadores e autores de livros didáticos do período. Em um primeiro momento, em grupo, começamos algumas discussões sobre o escolanovismo com o livro *Molde nacional e fôrma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, de Marta de Carvalho<sup>2</sup>. Este nos serviu para que pudéssemos conhecer o movimento escolanovista do qual identificamos alguns de seus elementos na escrita dos historiadores da coleção. O livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Jr.<sup>3</sup>, também foi lido e discutido pelo grupo a fim de pensarmos o que chamamos de história regional. Em paralelo a estas leituras foram feitos levantamentos documentais e apresentações entre os integrantes da equipe.

Outras leituras se sucederam a fim de que analisássemos o papel da história e do IHGB no período em que direcionamos a nossa pesquisa, nas primeiras três décadas do século XX. O texto *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, de Tânia Regina de Luca<sup>4</sup> e o texto *A república, a história e o IHGB*, de Angela de Castro Gomes<sup>5</sup> foram também lidos e discutidos em grupo

Individualmente pela leitura de vários textos e artigos relacionados ao mercado editorial de livros didáticos destaco *O livro no Brasil: sua história*, de Laurence Hallewell<sup>6</sup>. Nesta, que se tornou obra referencial para minha pesquisa, identifiquei em que posição se encontravam as editoras nas primeiras décadas do século XX. Aliando estes conhecimentos a outras leituras, entre elas um artigo do pesquisador francês Alain Chopin, um artigo do historiador brasileiro Kazumi Munakata, outro artigo do também historiador Antonio Augusto Batista, além de verificar a história da Companhia Melhoramentos através do livro *100 anos da Melhoramentos. 1890-1990*, de Hernani Donato<sup>7</sup>, foi possível montar um quadro que possibilita a compreensão do mercado editorial o qual a Companhia se inseria.

Sobre estas leituras individuais, há muitas considerações relevantes. Uma das primeiras foi o fato de eu, ao me deparar com algumas dificuldades em relação ao objeto de pesquisa, perceber e descobrir no artigo de Alain Chopin, um importante pesquisador francês, que essas dificuldades não seriam só minhas. Pelo contrário, pois Chopin apresenta dificuldades que

---

<sup>2</sup> CARVALHO, Marta de. **Molde nacional e forma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. São Paulo: EDUSF, 1998.

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras partes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>4</sup> DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

<sup>5</sup> GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Editora Argumentvm, 2009.

<sup>6</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 1985.

<sup>7</sup> MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático: produção e leituras*. In: Márcia Abreu (org.), **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999; CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 30, n° 3, set/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 11 jun. 2010; BATISTA, A. Augusto. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: Márcia Abreu (org.), **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999; DONATO, Hernani. **100 anos da Melhoramentos. 1890-1990**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

limitam o alcance da pesquisa, mas de nenhuma maneira faz diminuir o interesse. Tais dificuldades são a própria definição do objeto – o livro didático é qualificado de inúmeras maneiras, nem sempre sendo possível explicitar as características relacionadas a essas qualificações. Mais à frente discutiremos uma “conceituação” do nosso objeto de pesquisa, sendo essa uma dentre várias já criadas pelos pesquisadores; e a outra se refere ao caráter recente desse campo de pesquisa – as obras não abrangem toda a produção didática e nem todos os períodos. Encontrei dificuldade em achar estudos concretos sobre a época que escolhemos pesquisar; o que muito vi, foram estudos de épocas posteriores. Sobre a história do livro didático temos escritos parciais e aleatórios.

Mesmo com tais dificuldades, ao pesquisar percebi a importância e o fascínio que tal pesquisa exerce. Os historiadores estão demonstrando muito interesse nessa área de pesquisa sendo uma das razões para tanto o peso considerável que o setor escolar assume na sociedade. Outras razões são: a busca de inúmeras sociedades de recuperar uma identidade cultural, os avanços técnicos na produção dos livros, a diversidade de agentes que ele envolve (escritor, editor, empresário etc.), a multiplicidade de suas funções e as incertezas em relação ao futuro dos livros impressos diante das novas tecnologias educativas que estamos conhecendo. Quanto às funções dos livros escolares, a mais antiga é a que já citamos que é ser um instrumento privilegiado de construção de identidade. Podemos dizer que no caso da nossa pesquisa o livro didático tem uma função documental; apresenta-nos a forma e a corrente historiográfica daquele momento.

O conceito de livro didático a que me referi em parágrafos anteriores o extrairi no artigo do historiador Antonio Augusto Gomes. No seu entender, um livro didático é aquele livro ou impresso empregado na escola para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação. Um problema que extraímos desse conceito é o fato de que, nem sempre os livros didáticos são livros; outros materiais como cartazes, folhas avulsas, álbuns, podem também conter o texto didático. Além disso, nem sempre esses outros materiais são submetidos a um processo editorial; geralmente são “fabricados” ou por meios eletrônicos (computadores) ou por meios mais rudimentares (mimeógrafos, manuscritos). Também podemos pensar que muitos destes textos usados como didáticos, na sua elaboração podem ter sido feitos com outras intenções que não o meio escolar. Um decreto-lei de dezembro de 1938 definiu pela primeira vez o que devia ser entendido por livro didático – livros usados para leitura dos alunos em aula, também podendo ser chamados de livros de texto, livro-texto, compendio escolar, livro escolar, livro de classe, manual. A CNLD (Comissão Nacional do Livro Didático) foi criada por meio deste decreto e tinha a função de examinar os livros didáticos, abrir concursos para a produção de alguns livros não existentes e indicar livros para traduções. Na dissertação de mestrado de Luis Reznik<sup>8</sup>, podemos identificar que as décadas de 20 e 30 foram tempos de crise e redefinições; havia uma tentativa de formar culturalmente e intelectualmente crianças e adolescentes já que estes seriam o futuro da nação. A escola seria no imaginário republicano o instrumento que efetuaría o progresso. Daí podemos compreender a criação destes órgãos reguladores criados pelo governo.

---

<sup>8</sup> REZNIK, Luis. **Tecendo o amanhã (A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)**. 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Também foi de extrema importância para a minha pesquisa o livro escrito e organizado por sociólogas<sup>9</sup>, no qual são abordados temas acerca dos livros entre os quais destacarei quatro: o histórico, a política, a economia e o conteúdo dos livros didáticos.

- *Histórico*: sua história se baseia numa série de decretos, leis e medidas governamentais que se sucederam a partir de 1930. Não há nenhuma série de estudos sistemáticos sobre o assunto, mas sim, como também pensa Alain Choppin, artigos e referências. Destaca neste tópico que o livro didático brasileiro assumiu um papel de compensação às desigualdades sociais.

- *Política*: neste ponto destaca-se a forma assistencialista como o governo trata esta questão (os livros são destinados quase que exclusivamente as crianças carentes), a falta de discussão com profissionais competentes e catedráticos do assunto - cabendo o fato a técnicos e assessores do governo que são pouco familiarizados com a problemática -, a grande quantidade de livros mal planejados que foram publicados e vendidos e a imagem da política do livro didático como uma colcha de retalhos, na qual os decretos, leis e medidas, embora muitos, não constituem uma política integrada e sistemática.

- *Economia*: sobre esta vertente é acentuada a ação do Estado que estabelece as coordenadas da economia do livro didático, fixando o volume e o ritmo de sua produção. O grande negócio das editoras é o mercado de livros escolares. Estudos sobre a economia destes livros são mais escassos do que os outros dois pontos destacados.

- *Conteúdo*: este é o tema mais analisado dos livros didáticos. As ênfases no conteúdo são diversas – históricas, lingüísticas, psicológicas, pedagógicas. As autoras salientam que as ideologias dos didáticos se encontram implicitamente e radicalmente na forma de apresentação do livro (suas gravuras, o método escolhido, seu aspecto físico, etc). Afirmam que o livro didático é uma sugestão e não uma receita sendo sua principal função a padronização e a delimitação da matéria colocando ao alcance de todos os alunos desenhos e mapas de difícil acesso.

## Conclusão

Numa primeira instância, ao analisar este tema, torna-se possível a identificação que não faz nenhum sentido a escrita e o estudo dos livros didáticos desconsiderando as regras que o poder político, lingüístico, editorial, pedagógico ou financeiro impõe aos diversos agentes do sistema educativo. A história particular da empresa, da sua produção e estratégias, de suas relações com os poderes políticos e com o meio científico, se constitui certamente como obrigatório.

Na primeira década do século XX aquela que veio a se tornar uma Companhia ingressara no mercado escolar produzindo cadernos de caligrafia e mapas de alta qualidade gráfica. Com o tempo e o acúmulo de experiência na produção de livros e uma forte equipe de professores consultores, a afirmação no mercado e também nas escolas, não tardaria; o símbolo escolhido para o empreendimento, um corvo, foi o sinal que representou a forte presença da Companhia neste mercado.

---

<sup>9</sup> FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria R.; COSTA, Wanderly F. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 13

Sobre a história e o início das produções sabemos que a Companhia Melhoramentos foi fundada em 1890 com a finalidade de produzir papel enquanto a Weiszflog Irmãos<sup>10</sup> foi um estabelecimento gráfico fundado em 1906.

Bem se sabe que a Primeira Guerra Mundial teve início no ano de 1914; estas duas empresas sofreriam conseqüências desta tragédia. A instabilidade econômica resultante das confrontações políticas e comerciais entre potências transformou-se em uma grande tensão: o momento não era para ousadias. A fábrica de papel desacelerou seu ritmo. A Weiszflog também sofreu danos, mas mesmo assim avançou. Enquanto a guerra acontecia, em 1915 esta firma gráfica publicou seu grande sucesso editorial: a série Biblioteca Infantil na qual se destacou a obra *O Patinho Feio*, de Hans Christian Andersen adaptado por Arnaldo de Oliveira Barreto. Seus aspectos gráficos – capa dura, ilustrações a cores – a tornaram uma grata novidade e tal publicação se tornou a principal diretriz editorial da casa incentivando assim o desenvolvimento da literatura infantil no país. Em 1917, estando a guerra quase em seu fim, a relação de produtos oferecidos pela Weiszflog ao público incluía livros, blocos, estampas religiosas, mapas, etc. Na área editorial, neste momento, ganharam destaque entre o público, o professorado e o noticiário de imprensa diversos títulos didáticos, entre eles o livro *Nossa Pátria* de Rocha Pombo. Nas escolas passavam a ter freqüência os livros e o material didático criados pelo Weiszflog. A empresa continuava com seus trabalhos, porém se deram conta de um problema: a escassez e o alto preço do papel. O país não produzia celulose e este artigo estava cada vez mais raro nas cargas dos navios. A gráfica precisava de papel de primeira qualidade para seus quadros, mapas, materiais didáticos. A morte de um dos sócios da empresa fez com que se arquivasse a idéia de comprar terras para produzirem seu próprio papel. A Melhoramentos por sua vez se viu positivamente afetada por essa falta de papel uma vez que possuía um excelente maquinário à sua disposição; a firma não tinha o que se queixar da ausência de competidores. No ano de 1919, o governo melhorou ainda mais a situação da Melhoramentos aumentando tarifa sobre o papel importado. A Weiszflog, em estado de alerta, começara a pensar em uma saída. No ano seguinte, com o reaparecimento de produtos norte americanos, as duas empresas viram que a fusão seria benéfica para ambas. A Weiszflog era comercial, editorial e industrial e queria também ser papeleira. A vontade se juntou à oportunidade. Nos primeiros tempos de sua atividade editorial a Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada) se apoiava na literatura infantil e nos livros didáticos.

Como bem podemos ver nas imagens abaixo, estão representados um símbolo e um lema que identificaria a empresa. O corvo, selo editorial mais antigo, representava a sabedoria. Porém acharam que somente a sabedoria não representaria a totalidade da empresa que fabricava livros e impressos, mas também papel. O lema “Do pinheiro ao livro – uma realização Melhoramentos” melhor significaria a fusão das empresas. Convém dizer que, nos livros da coleção que estudamos se faz presente o antigo símbolo, o corvo, em todas as capas.

---

<sup>10</sup> O alemão Walter Weiszflog veio ao Brasil em 22 de maio de 1900 para trabalhar na administração da empresa de seu irmão que com freqüência se via acorrido de doenças. Fez a papelaria e tipografia Buhnaeds e Cia progredir. Alguns anos depois, com a morte de seu irmão a empresa veio a ganhar o nome Weiszflog Irmaos.



Figura 1. Lema da empresa: *Do pinheiro ao livro: uma realização Melhoramentos.*



Figura 2. O corvo, ave símbolo da sabedoria, selo editorial da Weiszflog Irmãos e da futura Companhia Melhoramentos.



Figura 3. Símbolo dos papéis Melhoramentos e símbolo das edições Melhoramentos

Ainda sobre a história da empresa, na tentativa de explicar sua manutenção e forte presença no meio escolar, cabe uma explicação breve sobre o desafio que os anos 20 proporcionaram a sociedade num modo geral. O surto de industrialização presente pelos anos de guerra, a euforia de figurar entre as potências vencedoras, as diferenças entre as grandes cidades do Brasil com as muitas cidades pobres do mesmo, promoveram debates acerca da identidade nacional. Tais dúvidas pensou encontrar na educação popular a resposta procurada. Uma nova forma de pensar e educar foram elaborados. O movimento escolanovista propunha um ensino voltado para a alfabetização visando o cidadão eleitor. Pensavam em uma educação integral: se preocupar com a saúde e a economia da população, estimular atividades de ensino complementares a sala de aula tais como bibliotecas, atividades físicas, escotismo, excursões, trabalhos experimentais, etc – esta era a proposta dos adeptos do movimento. Manuel Bergstrom Lourenço Filho, um dos fundadores da Escola Nova e diretor do ensino no Ceará, era consultor editorial da empresa; sua entrada na mesma foi no ano de 1925<sup>11</sup>. A Companhia não se afastou destes debates, pelo contrário participou editando livros importantes que discutiam tais questões.

<sup>11</sup> Lourenço Filho (1897-1970) educador brasileiro, atuou com educadores modernos, a Escola Nova, influenciadas por correntes filosóficas e pedagógicas americanas e européias. Precisavam de um apoio empresarial-editorial a fim de obter aprovação do professorado, da imprensa e do público.

O mercado livreiro brasileiro não permitia aventuras editoriais tornando assim muito mais rentável e segura a linha de vendas de materiais escolares. Juntamente com o mercado de livros sobre direito, o mercado de didáticos era um campo seguro para as editoras brasileiras. Sendo assim, entende-se o motivo que causou o alto investimento da Companhia Melhoramentos nesta coleção pioneira de grande sucesso nas décadas de 20 e 30 do século XX no Brasil.

A obtenção de tais afirmações torna-se possível tendo como referência a obra de Hallewell. Este nos fornece o entendimento de que o mercado de livros passou por diversas fases nas quais exerciam uma influência sobre o mesmo a sociedade, a economia e as políticas estatais. Podemos afirmar que o custo de vida influenciava diretamente na produção de livros no século XIX. Por muitas vezes diversos livros publicados não chegavam a vender uma edição (1.000 a 2.000 livros variando com a época). Tal lentidão nas vendas naturalmente restringia o tamanho da tiragem, o que significava não apenas uma longa esperar por recuperar o investimento feito, mas também um alto custo numa única produção. Também era muito comum na época que jovens escritores, sem condições de arcar com as despesas de suas publicações, se aventuravam a produzir suas obras em Portugal.

Explanando sucintamente o que se destacava no mercado editorial nos anos anteriores aos que nos propomos a estudar, sabemos que foram pioneiros na edição de livros no Brasil e destaque no mercado editorial brasileiro do século XIX, os franceses Eduard Laemmert e Baptiste Louis Garnier. O primeiro chegou ao Rio de Janeiro em 1827 quando tinha 21 anos para ser o representante de Martin Bossange (editor francês) na filial de sua livraria aberta na cidade. Seduzido pela ausência de censura e obtendo êxito com a venda de livros, Eduard Laemmert decidiu por ficar no Brasil, tendo voltado a França somente para aprender a arte da tipografia. A Livraria Universal que ele fundou em 1833 e a partir de 1835 a administrou em conjunto com seu irmão Heinrich, foi uma das mais importantes casas editoriais no século XIX. Publicou alguns livros didáticos. Também destacou-se neste mercado o francês Garnier: a ele devemos o chamado formato francês, ao qual a maioria dos livros brasileiros se ajustou durante mais de 60 anos. Instalou sua editora, “Garnier Irmãos” na famosa Rua do Ouvidor onde a mesma permaneceu de 1844 a 1934. Uma das suas principais obras escolares foi o *Curso elementar de literatura nacional* de Joaquim Caetano Pinheiro, publicado em 1862, que deve ter sido o primeiro livro didático sobre literatura brasileira. Foi considerado o principal editor brasileiro de livros escolares até o aparecimento de Francisco Alves.

Mesmo sendo muito relevantes para o mercado brasileiro de livros, na época em que eram feitas suas publicações, além do fato de o mercado ser pequeno para maiores investimentos, os métodos primitivos de ensino usados nas escolas dispensavam o uso de livros. Uma revolução na educação brasileira aconteceu nos últimos anos do Império quando a economia cafeeira passou a gerar recursos necessários para a implantação de uma melhor organização do sistema educacional. A mudança do regime também contribuiu para uma melhoria na educação. No Brasil, a República recém instalada decretara a liberdade de culto, a separação entre o Estado e a Igreja, o casamento civil, a reforma bancária e também suscitou progressos nos métodos educacionais; o ensino primário e a formação de professores ficou a cargo de cada estado. Quem mais se adiantou nesse processo devido a sua disponibilidade orçamentária foi o estado de São Paulo. Ali se criou-se um mercado consumidor possibilitando assim um gradual desenvolvimento de indústrias. Protegidos pelos novos impostos de importação criados em 1887, a produção de papel ganhou força e estímulo no cenário industrial.

Na década em que foi fundada a Companhia Melhoramentos, 1890, o comércio livreiro passava por um período de crise. A rapidez na expansão populacional não foi proporcional ao desenvolvimento cultural da cidade sendo as produções literárias de pouca qualidade na sua maioria. Contribuiu também para essa crise o fato de dois grandes nomes do mercado, os já citados Laemmert e Garnier, estarem nos seus últimos anos de vida, tendo este último morrido no ano de 1893. O desenvolvimento de uma indústria editorial paulista ainda precisava aguardar um grande motivo para se tornar viável. As conseqüências da Primeira Guerra Mundial tiveram um efeito extremamente estimulante sobre a indústria brasileira na medida em que produtos locais foram substituindo cada vez mais produtos importados não disponíveis. Porém, o custo de vida aumentara e a indústria livreira continuava desalentadora.

Em meio a todas essas incertezas, podemos dizer que algumas práticas editoriais pensadas e executadas por um grande livreiro foram mudando o cenário de dificuldades. Monteiro Lobato ganhou a fama de precursor – devido a uma de suas obras, *O Urupês*, ainda que existam discussões sobre seu engajamento devido ao afastamento na linguagem e no gosto artístico - de um movimento literário que contribuiu para o renascimento da indústria editorial brasileira: o modernismo. No começo da década de 1920, São Paulo presenciou muito mais do que uma recuperação; houve uma afirmação em seu novo papel de metrópole. Sua rivalidade com a então capital federal já não era apenas uma questão de tamanho da população ou de importância comercial, pois começava a ameaçar a tradição cultural e intelectual do Rio de Janeiro.

Em 1917, Monteiro Lobato quando publicou sua obra *Saci Pererê*, deu os primeiros passos no que chamavam de renascimento da atividade editorial no Brasil. Começou a publicar e vender suas obras através de indicações e propagandas entre leitores que se encantavam com a natureza persuasiva de seus livros. Seu estilo determinava o seu público leitor: diferentemente de seus contemporâneos - incluindo os modernistas explicando assim o afastamento entre ambos – que escreviam exclusivamente para leitores de classes altas, Monteiro Lobato com exímia leveza dirigia seus escritos àqueles que sabiam ler; preocupando-se com a realidade em que estava inserido e conhecendo-a, passou a escrever focando os leitores a quem queria atrair. Ganha fama e notoriedade quando colocou as suas publicações para vender por consignação em farmácias, padarias, lojas de varejo, dando aos donos destas uma porcentagem de lucro. Em parceria e sociedade com um brilhante mercadista, Octalles Marcondes, Monteiro Lobato colocou em prática em sua empresa alguns métodos que até então eram novidades no mercado livreiro: lançou novos autores, pagava direitos autorais, fazia publicidade de seus livros em jornais, empenhou-se em melhorias na aparência interna e externa de seus livros e melhorou também o papel usado em suas publicações. A crise pós-primeira guerra foi superada com a sua entrada no sustentável mercado de didáticos.

Sua contribuição com suas técnicas e táticas editoriais o elevou a uma das maiores produtoras de livros de São Paulo. Um quadro geral das editoras paulistas foi publicado pelo jornal Estado de São Paulo, nos possibilitando um panorama geral e o lugar em que se inseria cada editora paulista, conforme vemos abaixo.

- *Editoras gerais com ênfase em literatura:* Monteiro Lobato e Cia (15 títulos e 56.000 exemplares) e Casa Editora “O Livro” (5 títulos e 7.00 exemplares)
- *Editora geral com interesse especial em livros infantis:* Cia Melhoramentos (33 títulos e 144.700 exemplares)

- *Editoras de literatura, livros didáticos, livros jurídicos e assuntos comerciais:* Soc. Ed. Olegário Ribeiro (12 títulos e 41.700 exemplares) e Saraiva e Cia. (8 títulos e 3.000 exemplares)
- *Editora de livros didáticos, livros jurídicos e obras populares:* C. Teixeira e Cia. (10 títulos e 23.500 exemplares)
- *Editoras primordialmente de livros didáticos:* Paulo Azevedo e Cia. (32 títulos e 113.000 exemplares), Augusto Siqueira e Cia. (26 títulos e 156.000 exemplares) e Liceu Coração de Jesus (9 títulos e 24.00 exemplares)
- *Editoras primordialmente de livros sobre assuntos comerciais:* Empresa Editora Brasileira (9 títulos e 35.100 exemplares)
- *Editoras primordialmente de livros populares:* Livraria Magalhães (13 títulos e 100.000 exemplares), D. Silva (11 títulos e 60.000 exemplares) e Antonio F. de Moraes (8 títulos e 32.000 exemplares)

*Fonte: O Estado de São Paulo*

*Reprodução: Revista do Brasil*

Antes de prosseguir a argumentação e falar sobre o impacto da Revolução de 30 no mercado editorial, discorreremos sobre uma outra importante editora. Sobre a atividade editorial no Rio de Janeiro, em 1920, mesmo sendo o Rio de Janeiro maior que a cidade de São Paulo, o número de livrarias da primeira era a metade do número de editoras da segunda. Algumas editoras importantes desta época foram a Leite Ribeiro (livros jurídicos, didáticos, ciência, medicina, literatura, infantis etc.), a Editora Schettino (literatura) e a Livraria J. Leite (livros acadêmicos). Porém a de mais destaque e que exercia forte concorrência à Melhoramentos era a editora Francisco Alves. Quem dava o nome à empresa foi um português que chegou ao Brasil em 1863, então com quinze anos e que trabalhou em outro ramo de comércio antes de entrar no setor livreiro como alfarrabista.<sup>12</sup> Regressou à sua terra natal mas foi chamado de volta por seu tio Nicolau Antonio Alves, dono da Livraria Clássica, fundada em 1854. Instalou-se definitivamente no Rio de Janeiro e requereu a cidadania brasileira. Em poucos anos, em 1883, assumiu a direção da empresa, já conhecida como Livraria Alves. Quando em 1897 seu tio se retirou da empresa, a livraria passou a se chamar Francisco Alves. Seu crescimento empresarial o levou a comprar livrarias e editoras no Rio de Janeiro, em São Paulo e no exterior. Para termos uma idéia de seus avanços vemos que a Livraria Melilo em São Paulo, a editora e a livraria de Laemmert, a Livraria Luso Brasileira, a Empresa Literária Fluminense, essas últimas três no Rio de Janeiro, foram algumas das suas muitas aquisições. Desde a época de seu tio que a especialidade da casa era os livros didáticos e escolares. Mantendo a linha de trabalho do seu tio, Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a fazer dos livros escolares o amparo de seu negócio. Chegou a deter quase o monopólio do campo didático brasileiro devido em parte a práticas de tiragens maiores barateando seus preços, a aquisição de firmas rivais e também a sua amizade com Teófilo das Neves Leão, maior autoridade em matéria de ensino no período em que suas produções estavam surgindo, como citamos anteriormente. A editora Francisco Alves foi também importante na área da literatura. Faleceu no ano de 1917, com 69 anos, ocorrido de uma tuberculose.

---

<sup>12</sup> Vendedor de alfarrábios (livros antigos).

Num artigo do historiador Anibal Bragança<sup>13</sup>, podemos verificar que, entre historiadores foi criada uma disputa entre qual seria um suposto “ponto zero” da indústria editorial brasileira: Francisco Alves ou Monteiro Lobato? Como diz o autor do artigo, devido a um certo ufanismo paulista ganhou Lobato. Perdedor ou não, parte do sucesso do editor luso brasileiro foi creditado a sua visão empresarial. Sua contribuição para a profissionalização do escritor foi grande uma vez que remunerava dignamente todos os seus autores e tradutores. Cumpria fielmente todos os seus contratos não incluindo despesas de propaganda e nem de administração, bancando inclusive os possíveis prejuízos das publicações e pagando até mesmo adiantado. Fazia “parcerias” com seus escritores, obtendo sucesso para ambos. Os que mais ganhavam eram os escritores de obras didáticas, mas não eram os únicos. Isso nos dá a compreensão de que o sucesso da editora de Francisco Alves se deve, entre outras coisas, as suas práticas editoriais que o fez alcançar o patamar de uma das maiores editoras brasileiras.

- Exemplo de contrato:

BILAC, Olavo. <i>Poesias</i> . (5 <sup>o</sup> ed.). CVD. 22.11.1896	TRC: 3.000 DAP: Rs 2:250\$000 (25% spc)	PRE: Rs 3\$000 FPA: aac
---	---	----------------------------

*Contrato retirado do  
artigo “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor” de Antonio Augusto Gomes.*

### *Legenda*

- CVD: Contrato de venda da “propriedade plena” da obra (cessão definitiva de direitos).
- TRC: Tiragem determinada no contrato.
- PRE: Preço da capa do exemplar, estabelecido no contrato.
- DAP: Direitos autorais pecuniários.
- FPA: Forma de pagamento dos direitos do autor.
- aac: Direitos recebidos a vista, no ato de assinatura do contrato.
- spc: Sobre o preço do catálogo.

A Revolução de 30 foi considerada um marco para a história da indústria livreira. A revolução trouxe a oportunidade e a permissão para se aplicar os esforços escolanovistas de melhorar a educação em nível nacional; criou-se em novembro de 1930 um Ministério da Educação e sete anos mais tarde foi criado pelo o Estado Novo o INL (Instituto Nacional do Livro) para assegurar a divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural. Contudo, o florescimento dessa nova literatura e seu real impacto no público vieram apenas depois da revolução na medida em que tais acontecimentos anunciavam uma nova era de consciência nacional. A atividade produtiva do país obrigou-se a absorver a política econômica ditada pelo Governo Provisório sob a chefia do gaúcho Getúlio Vargas<sup>14</sup>. Ainda

<sup>13</sup> BRAGANÇA, Anibal. *A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil*. In: Márcia Abreu (org.), *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.

<sup>14</sup> Em 1930, o Rio Grande do Sul se projetou no cenário nacional de forma repentina com a fama que ganhara um de seus filhos, Getúlio Dorneles Vargas. A Livraria Globo, do sul do país, que se dedicava a tradução da literatura estrangeira, se aproveitou que o foco estava na sua cidade e começou a fazer parte do cenário editorial do país juntamente com o Rio de Janeiro e São Paulo. A própria revolução e também a reforma educacional levaram a editora do sul para o mercado do livro didático, passando a lançar uma série de livros para cada assunto do currículo.

afetado pela crise mundial de 1929, o país sofria com as baixas nas exportações de café, ao mesmo tempo que também diminuíram as importações de livros franceses e portugueses, que até então gozavam de prestígio no mercado brasileiro<sup>15</sup>. Abriu-se assim uma brecha para o fortalecimento do livro e das indústrias nacionais. O crescimento na edição de livros foi fenomenal, mesmo em relação a essa situação geral. Começaram a entender que, de fato poderia existir uma viável indústria editorial brasileira e, para o espanto de todos, esta mesma seria oriunda de uma revolução. Chegou-se ao ponto de lançarem edições de 5 a 10 mil exemplares, coisa que há 10 ou mais anos anteriores seria impossível. Reedições se sucediam e escritores se gabavam de seus ordenados frutos de direitos autorais. Os editores que antes se preocupavam em reedições, coleções - devido ao fato de a oferta de algum título atraísse o leitor a comprar outros volumes da série - e livros de vendagem fácil viram abrir seus horizontes, passando a dar oportunidades a novos intelectuais que iam surgindo.

Por fim, foi possível obtermos a concepção de que um livro didático se inscreve em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador. Sua elaboração, realização material, comercialização e distribuição supõem formas de financiamento públicos ou privados. O livro didático não é um simples espelho; ele modifica a realidade para educar as novas gerações. Tão importante quanto o que está escrito nos livros é o que não foi escrito nos mesmos; tais livros correspondem a uma reconstrução que obedece a diversos fatores, fornecendo uma imagem deformada. Escrever uma história dos livros didáticos, ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra, sem levar em conta o que o poder político ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, lingüístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz nenhum sentido. É bem compreendido também que o uso do livro didático implica em pelo menos dois leitores permanentes: o professor e o aluno. Essa relação também é importante e relevante dado que o livro tem que ser manuseado harmoniosamente entre ambos. Os escritos do autor de nada serviriam se não houvesse um público que por sua vez também perderia se não houvesse um autor, um mestre. O historiador Rocha Pombo, autor dos livros *História do Paraná* e *História de São Paulo* da nossa coleção, nos diz no prefácio do livro de sua cidade natal que “o livro, quando muito, guia e orienta: o mestre é quem ensina”. O livro dirigido ao aluno deve ser utilizado com a mediação do professor. É no mercado escolar, que acolher e utiliza o livro didático que podem ser encontrados muitos dos fatores condicionantes das características materiais e estruturais da produção didática de uma determinada sociedade, num determinado momento de sua história. Além disso é necessário ter conhecimento sobre a história particular da empresa, sua produção, estratégias financeiras e comerciais, suas relações com os poderes políticos e com o meio científico. Feito esse caminho obrigatório, considero que nesta pesquisa foi exposto argumentos e considerações sobre o lugar que a Companhia Melhoramentos de São Paulo, editora da série “Resumo Didático”, se inseria no mercado editorial dos anos 20 e 30 do século XX. Foi real o esforço em esmiuçar todos os pontos trabalhados de maneira que pudéssemos contribuir para um entendimento sobre esse campo de pesquisa que está sendo bastante investigado. Sabe-se que o assunto não se esgota por aqui; muito mais ainda pode e deve ser descoberto. Digamos que este pequeno trabalho investigativo seja mais uma porta para mais trabalhos e descobertas sobre este fascinante objeto de pesquisa.

---

<sup>15</sup> REZNIK, Luis. **Tecendo o amanhã (A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)**. 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. p. 24.

### Referências

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras partes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BATISTA, A. Augusto. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: Márcia Abreu (org.), **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.
- BRAGANÇA, Aníbal. *A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil*. In: Márcia Abreu (org.), **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.
- CARVALHO, Marta de. **Molde nacional e forma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. São Paulo: EDUSF, 1998.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 30, nº 3, set/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 11 jun. 2010.
- DONATO, Hernani. **100 anos da Melhoramentos. 1890-1990**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria R.; COSTA, Wanderly F. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1993.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 1985.
- MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático: produção e leituras*. In: Márcia Abreu (org.), **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.
- REZNIK, Luis. **Tecendo o amanhã (A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)**. 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.